



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

\*\*\*\*\*

## TRIBUNAL SUPERIOR DE RECURSO DA BEIRA

Proc. nº 15/2016

### Sumário

1. O processo de formação da convicção do julgador e consequente decisão não permite a existência de incertezas, havendo, o interesse do arguido deve prevalecer.
2. No caso dos autos dúvidas não há da prática do crime de homicídio qualificado de que o arguido vem acusado, provado em nova audiência de discussão e julgamento, que o réu tinha a sua mãe, ora malograda por feiticeira, e motivado por esse facto, atingiu-lhe com diversos golpes com recurso a um instrumento corto-contundente na cabeça e esta falecera 8 dias depois.

### ▪ACÓRDÃO▪

Acordam, em conferência, na 2ª Secção do Tribunal Superior de Recurso da Beira:

No âmbito do processo de querela, sob o nº 78/6ª/2009 que corre termos na 6ª secção Criminal do Tribunal Judicial Da Província de Sofala, foi chamado a responder o réu Jussa Miquitaio Gimo, melhor identificado nos autos, por prática, em autoria material de um crime de Homicídio qualificado, previsto e punido pelo artigo 351 circ. 5ª, do CP revogado.

Levado o processo ao julgamento por sentença de 06 de Abril de 2015, foi o réu considerado culpado e condenado a 20 anos de prisão maior, no pagamento do

máximo de imposto de justiça, 1.800,00Mt de emolumentos ao defensor e ainda 200.000,00Mt de indenização a favor dos familiares da vítima.

Foram arroladas contra o réu as seguintes circunstâncias agravantes 18ª (ter sido o cometido o crime em lugar ermo) e 28ª (ter sido cometido com manifesta superioridade em razão da arma), ambas do artigo 34º do CP.

E como atenuantes à culpa do réu foi arrolada a circunstância 9ª (espontânea), do artigo 39.º do CP.

Oficiosamente, ao abrigo do disposto no § único do artigo 473º do Código de Processo Penal (CPP), o Digno Magistrado do Ministério Público (MP) junto do Tribunal recorrido interpôs recurso para esta instância, fls. 131 dos autos, sem apresentar alegações.

Admitido o recurso a fls. 133, e já nesta instância, na vista a que se refere o artigo 664º do CPP, o Exmo Senhor Sub-Procurador Geral, junto deste Tribunal teceu o seu parecer constante de fls. 152 e 153, que se resume no seguinte:

Não ficaram devidamente esclarecidas as questões relativas ao instrumento utilizado no crime e o real estado em que se encontrava a vítima após a agressão.

Os declarantes não se fizeram presentes na sessão de discussão e julgamento e, neste particular, o julgador, não teve elementos sólidos para concluir que houve intenção homicida.

Provando-se a dúvida, não pode deixar de ser injusto quando se imputa dolosamente ao arguido o resultado gravoso que se verificou (morte).

Que a decisão sob exame não apresenta razões da ciência, e de mais elementos de prova e o seu exame crítico, que tenham sido relevantes para se concluir pelo crime de homicídio qualificado.

O processo de formação da convicção do julgador criminal não permite a existência de dúvidas. Havendo, em homenagem ao princípio "*In Dubio pro reo*", que prevalecer o interesse do arguido.

*In casu*, o arguido deve responder a título de dolo apenas pelo crime de ofensas corporais voluntárias. Pois, na verdade, jurídica e penalmente assim se justifica tanto mais que a morte da vítima se verificou passados oito dias, após a agressão e na cama hospitalar.

Que se proceda a requalificação jurídico-penal dos factos dados como provados, imputando-se ao arguido o crime de ofensas corporais qualificadas pela pessoa do ofendido, p. e p. na conjugação dos arts. 365, nº 4 e 361 § único, ambos do CP aplicável na data do cometimento do crime.

Colhidos os vistos, cumpre apreciar e decidir.

Importa, antes, referir que, por acórdão de 12 de Dezembro de 2012, esta instância, ordenou a baixa dos presentes autos à primeira instância, e ordenou que fossem realizadas diligências constantes da exposição que integrava o acórdão, com observância das formalidades legais.

Recebidos os autos naquela instância, deu-se seguimento ao mesmo e realizou-se novo julgamento.

Para uma correcta reapreciação, importa que nos atenhamos ao que o Tribunal da primeira instância considerou provado e que consta dos autos.

Para tal, o Tribunal considerou provado que:

O réu tinha a sua mãe, N'Sai António, ora malograda por feiticeira, motivado por esse facto, na manhã do dia 21 de Março de 2009, na machamba, para onde a seguiu, atingiu-lhe com diversos golpes com recurso a um instrumento corto-contundente na cabeça.

Abandonou-a, depois de esconder o corpo cobrindo com espigas de milho.

A vítima foi, no entanto, descoberta ainda no mesmo dia por uma outra filha de nome Luísa Miquitaio Gimo, ouvida e identificada a fls. 9, e foi socorrida ao Centro de Saúde de Caia, inconsciente, onde veio a perder a vida 8 dias depois em regime de internamento.

Segundo o relatório médico que consta de fls. 14, à entrada estava “inconsciente, não abria os olhos, não falava e nem localizava a dor e tinha uma ferida incisa na cabeça com uma profundidade de 4 cm”.

Do retro exposto, dos factos apurados ou da factualidade tida como assente, com o seu comportamento o réu Jussa Miquitaio Gimo, se pode afirmar que ficam, preenchidos os elementos constitutivos do crime que lhe é imputado pela pronúncia, ou seja, o réu é autor material e na forma consumada, de um crime de homicídio qualificado, p. e p. nos termos do art. 351, circ. 5ª (pois a relação entre o réu e a vítima é de ascendência) do CP, em atenção as alterações introduzidas nele pela Lei nº 8/2002, de 5 de Fevereiro.

Dos factos e da prova que foi recolhida dúvidas não subsistem de que o réu, com recurso a um instrumento (pau), atingiu na integridade física da sua mãe, a vítima Nsai António Chokoma, de forma particularmente grave na cabeça.

O motivo da agressão foi o facto de o réu considerar que a sua mãe era feiticeira e era a causadora da doença de que padecia e da morte de seus dois filhos, fls. 5, 5v e 6 dos autos.

O réu agrediu a sua mãe usando para o efeito um pau não descrito nos autos e depois a cobriu com caniço de milho e se pôs em fuga, estava certo de que tinha posto fim, com a morte da vítima, os problemas sociais pelos quais passava.

Entretanto, para o seu azar, a vítima teria sido descoberta por sua irmã, a declarante Luísa, ainda com vida, e socorrida ao hospital onde veio a perder a vida dias depois.

Pela região do corpo efectivamente atingida e pela atitude do réu, que supondo ter já tirado vida à vítima cobrindo-a com caniço, dúvidas não restam que tinha intenção de matar, porém a morte da vítima adveio 8 dias depois, porque foi levada ao hospital.

Esteve bem o Tribunal recorrido na fixação da matéria de facto e no seu enquadramento.

Cometeu o réu com sua conduta um crime de homicídio qualificado do art. 351, circ. 5ª, do CP, redacção da Lei nº 8/2002, de 5 de Fevereiro, actualmente previsto no art. 164 do CP aprovado pela Lei nº 35/2014, de 31 de Dezembro.

Respeitamos o parecer do Digno Magistrado do MP, ao referir que a conduta do réu deve ser enquadrada nos arts. conjugados 365, nº 4 e 361, § único, ambos do CP, por haver dúvidas na formação da convicção do julgador. Todavia, não concordamos com ele, pois, está, quanto a nós, claramente provado o facto e o próprio réu o confessou.

O regime jurídico é o mesmo nas duas Leis.

No que às circunstâncias agravantes e atenuantes diz respeito, procedem todas que foram arroladas na sentença.

Nestes termos, os Juízes desta Secção, negando provimento ao recurso, decidem, por unanimidade, em manter a pena e demais condenação aplicada ao réu na primeira instância.

Boletins de Registo Criminal ao Arquivo Central e ao SERNIC.

Sem custas por delas estar isento o recorrente MP.

Notifique.

Beira, 01 de Setembro de 2020

Romana Luís de Camões

Tomé Gabriel Matuca

José Roger Sebastião Domingos.